



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / x (___ª)

PERGUNTA Número 1604 / x (3ª)

Expeça-se

Publique-se

0210712008

O Secretário da Mesa

Assunto: **As ameaças à cultura da amêndoa no Alto Douro**

Destinatário: **Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas**

Exm.ª Sr. Presidente da Assembleia da República

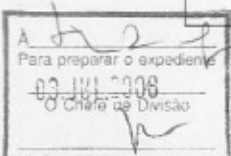
No dia 30 de Abril passado, a Subcomissão de Agricultura/CAEIDR ouviu uma significativa Delegação da Coamêndoa – Cooperativa Agrícola de Produtores de Frutos de Casca Rija, CRL, dirigida pelo seu Presidente, Joaquim Grácio.

Várias questões foram levantadas pela Delegação sobre a cultura da amêndoa e da organização dos produtores.

Uma primeira questão era a falta, durante três anos, de resposta e diálogo do Director da Direcção Regional de Agricultura do Norte com a Coamêndoa.

Porque decorreu já o tempo suficiente (dois meses) para o desenvolvimento do referido diálogo, será agora a oportunidade de solicitar ao Ministério da Agricultura esclarecimento relativamente a muitos outros problemas suscitados durante a audiência. A saber:

- (i) O comportamento da Direcção Regional de Agricultura, procurando impor uma só organização de produtores. Os seus responsáveis, e o próprio Ministério da Agricultura, podem ter opiniões sobre o tema. Mas não parece legítimo que, à margem da liberdade de associação prevista constitucionalmente, se use o poder administrativo e económico da Administração para tentar impor uma qualquer solução. A única forma admissível de imposição da Administração passa por um exercício de pedagogia e esforço de convencimento junto de produtores e estruturas associativas!
- (ii) A acusação de que tendo entrado na Direcção Regional, a 11 de Novembro passado o processo de pré-reconhecimento da Coamêndoa como Organização de Produtores (OP),





- esse processo ter sido retido até 15 de Dezembro, e não enviado ao Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP) do Ministério da Agricultura, aparentemente à espera da chegada de processos de outras organizações.
- (iii) A constatação de que as ajudas atribuídas aos produtores de frutos de casca rija, e de que os produtores espanhóis beneficiam, não chegaram à produção nacional.
 - (iv) A referência de que há produtores de amendoais que foram fortemente apoiados por ajudas e que se encontram abandonados ou sem os necessários maneios culturais.
 - (v) A necessidade de se considerarem ajudas para amendoeiras dispersas, a partir de um mínimo (é sugerido 15 árvores) que hoje produzem no Douro cerca de ¾ mil toneladas.
 - (vi) A proposta de uma parceira com a Direcção Regional de Agricultura do Norte, a Universidade de Trás-os-Montes e a Associação dos Amigos da Amendoeira (AAA), de instalação de um campo de ensaios com o porta-enxerto GF 677 com variedades regionais como a Verdeal, Casanova e Refego (ou Parada), para conservar a variabilidade genética.
 - (vii) Outros projectos da Coamêndoa na região do Douro:
 - a) A reconversão de mil hectares de amendoais tradicionais com variedades auto-fertéis e de floração tardia;
 - b) Novas plantações de 1500/2000 ha de amendoal até 2013 (no âmbito do plano governamental anunciado pelo secretário de Estado da Agricultura a 15 de Fevereiro de 2007 de 6 mil ha) na área de intervenção da Coamêndoa, nomeadamente em Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel, Meda, São João da Pesqueira, Penedono, Sernancelhe e Alijó.
 - c) A construção de instalações para recolha da produção e silos com capacidade para 50 toneladas;Refira-se que a Coamêndoa tem um trabalho de articulação com vários municípios da região, tendo já celebrado protocolos com alguns para apoio aos custos na elaboração de projectos e acompanhamento dos mesmos.
 - (viii) A crítica à construção de novas instalações para transformar 3 mil toneladas de amêndoa em casca, com o apoio do Estado, defendida pelo Director regional de Agricultura e Pescas do Norte (em entrevista à Gazeta Rural), quando existe uma unidade com óptimas condições mas inactiva há 20 anos, em São João da Pesqueira, e não se faz um levantamento das capacidades já existentes na região, nomeadamente face à previsão de construção de uma nova unidade de britagem com capacidade para 10 mil toneladas na zona industrial de Vila Nova de Foz Côa.
 - (ix) As preocupações com a redução e posterior eliminação da amêndoa amarga, que continua a reduzir a qualidade global da produção regional, com a correspondente desvalorização económica, pelo que se exigem medidas diversas como a generalização do uso do cavalo/porta-enxerto GF 677 em vez dos tradicionais porta-enxertos em pessegueiro ou amêndoa amarga, que deviam ser proibidos.
 - (x) O desenvolvimento de um programa de promoção do consumo de amêndoa (e outros frutos secos) em natureza e transformada, nomeadamente junto da população juvenil.
 - (xi) A necessidade de os serviços do Ministério da Agricultura apoiarem a troca de experiências e conhecimentos com os produtores espanhóis de amêndoa, bastante mais



avançados do ponto de vista técnico, cultural e de organização da produção, promovendo o intercâmbio com iniciativas conjuntas e visitas.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Qual a avaliação geral que a Direcção regional da Agricultura do Norte faz do trabalho da Coamêndoa e dos principais resultados do encontro dos dirigentes desta com os responsáveis da DRAPN?
2. Porque razão o processo de pré-reconhecimento da Coamêndoa ficou retido pela DRAPN?
3. Um balanço, por ano e desde 1986, das ajudas comunitárias que estiveram à disposição dos agricultores espanhóis e não chegaram à produção nacional.
4. Que perspectivas existem para fornecer ajudas às amendoeiras dispersas, isto é, a produtores que não têm área contínua de amendoal? Com que medidas poderão estes produtores contar para fazer a reconversão para áreas contínuas de amendoal?
5. Que acompanhamento é feito pela DRAPN dos amendoais plantados ou reconvertidos com apoios do Estado?
6. Que consideração pode ser feita relativamente aos projectos da Coamêndoa referidos em vi) e vii)? A que programas pode a Coamêndoa recorrer para os apoiar?
7. Confirmado o plano governamental de 6 mil hectares de novas plantações de amendoal, qual a área que se prevê possa ser concretizada na Região do Douro?
8. Relativamente a instalações de transformação de amêndoa em casca, uma informação sobre:
 - Porque razão não se apoia a recuperação da actividade das instalações em São João da Pesqueira?
 - Que balanço existe da capacidade das actuais unidades de transformação na região face à actual produção?



PCP 

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

– Vai mesmo o Governo apoiar a construção de uma nova unidade de grande capacidade? Onde ficará localizada? Qual a proposta de capacidade? Que estruturas associativas vão estar associadas a essa unidade?

9. Que medidas ou projectos em curso tem a DRAPN para a eliminação da amêndoa amarga?

10. Que apoios às organizações de produtores podem ser considerados para a promoção do consumo de amêndoa e para o desenvolvimento do intercâmbio com os produtores espanhóis?

Palácio de S. Bento, 2 de Julho de 2008

Deputado

Agostinho Lopes